

# Projeto Reescritas de decisões judiciais em perspectivas feministas

## Sínteses de Reescritas Estrangeiras

Elaboração: Sabrina Galvonas Leon<sup>1</sup>

**Livro: FEMINIST JUDGMENTS: From Theory to Practice (Rosemary Hunter, Clare McGlynn and Erika Rackley)**

### Caso *Re A (Children) (Conjoined Twins: Surgical Separation)*

Tema: Parentalidade

#### **1. Sobre o caso**

O caso *Re A (Children) (Conjoined Twins: Surgical Separation)* gira em torno de Jodie e Mary, duas meninas que nasceram com os corpos unidos e precisaram ser submetidas à cirurgia para separação. Ao analisar o caso clínico, os médicos concluíram que Mary estava completamente dependente de Jodie para sobreviver, visto que seu coração e seus pulmões não estavam funcionando. Por outro lado, Jodie tinha chances de sobreviver e de se desenvolver normalmente se fosse separada do corpo de sua irmã. Se permanecessem unidas, a expectativa de vida das meninas era de seis meses a dois anos.

Ocorre que, ao descobrirem que a cirurgia de separação inevitavelmente implicaria na morte de Mary, os pais, devotos da igreja católica romana, recusaram o procedimento. Diante disso, o hospital em que estavam as recém-nascidas entrou com uma ação judicial solicitando ao Tribunal Superior que a cirurgia fosse autorizada, sob alegação desta estar em consonância com o melhor interesse das menores. A autorização foi concedida e, na sequência, os pais recorreram ao Tribunal de Recursos - sem sucesso.

#### **2. A decisão original**

Como mencionado anteriormente, o Tribunal Superior acatou o pedido do hospital, autorizando a cirurgia de separação das meninas. Em primeira instância, o juiz Johnson J argumentou que a cirurgia estava de acordo com o melhor interesse de ambas as menores.

No Tribunal de Recursos, os juízes enfrentaram um árduo percurso até a decisão final, tendo em vista que o caso envolve questões não apenas legais, mas também éticas e morais. Para além da autorização do procedimento, muitos comentaristas do caso questionaram a

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP) e estagiária do projeto “Reescrevendo Decisões Judiciais em Perspectivas Feministas”, coordenado pela Professora Fabiana Severi da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP).

autoridade da corte para decidir sobre o assunto. Para os críticos, essa decisão caberia aos pais das meninas, sendo ilegítima a interferência do Judiciário. De uma forma ou de outra, o Tribunal teve que se posicionar e o fez com base em instrumentos legais que justificassem sua interferência (ainda que de maneira controversa). No mais, apesar de ter autorizado o procedimento, a corte ressaltou que essa decisão não deveria fixar um precedente e que seus argumentos só poderiam ser aplicados em casos extremamente similares.

### **3. Características da reescrita**

A reescrita elaborada por Hastings LJ vai de encontro à decisão proferida pelo Tribunal de Recursos. A autora aponta que os argumentos utilizados pela corte partem de um conceito de individualismo baseado em um modelo de seres humanos fisicamente separados e com interesses conflitantes. Para ela, os interesses de Jodie e Mary devem ser considerados de forma conjunta, haja vista serem ambas “interdependentes”.

Inicialmente, Hastings oferece um ponto de vista distinto sobre a individualidade das irmãs. Da forma como o Tribunal interpretou o caso, os interesses das meninas são necessariamente conflitantes entre si, o que implica dizer que a tarefa da corte é decidir qual destes deve prevalecer. Na concepção da autora, todavia, tais interesses não devem ser vistos isoladamente, mas sim de maneira conjunta na medida em que “sua interdependência vai lhes permitir existir no mundo”<sup>2</sup>. Além disso, Hastings rejeita qualquer concepção de que uma das meninas estaria “parasitando” o corpo da outra e que a separação seria uma forma de autodefesa em prol da sobrevivência de uma delas.

Na sequência, a autora argumenta que a corte deveria ter dado maior importância à decisão dos pais acerca do procedimento cirúrgico. Segundo ela, os pais haviam desenvolvido uma forte conexão com as filhas e evidentemente queriam o melhor para ambas, partindo de um cuidado que ia além do fator religioso. Nesse sentido, se tanto o Tribunal como os pais deveriam guiar suas resoluções pelo melhor interesse das meninas e ambas não estavam em consonância, algo deveria ser repensado. Para Hastings, o melhor interesse do ponto de vista dos pais deveria ter se sobressaído mais na decisão ao invés de ter sido rapidamente descartado como contrário ao bem-estar das menores.

A partir do exposto, Hastings afirma que teria dado procedência ao apelo dos pais no Tribunal de Recursos, negando a autorização da cirurgia de separação das meninas.

### **4. Resultados**

O caso em questão traz à tona debates que vão além da esfera legal, envolvendo aspectos mais abstratos e relativos como o valor dado à vida humana, a individualidade e o poder de escolha. Justamente pela forte controvérsia que paira sobre o caso, o Tribunal de Recursos enfatizou que sua decisão não deveria fixar um precedente e que seus argumentos

---

<sup>2</sup> Nesse ponto, a autora refere-se às meninas como pessoas distintas, apesar de “física e emocionalmente conectadas”, capazes de pensamentos e crenças próprias.

só poderiam ser aplicados em casos extremamente similares. Apesar disso, pouco tempo depois, o Tribunal de Queensland aplicou o caso como precedente em outra decisão a favor da separação cirúrgica de recém-nascidos. O mais surpreendente foi a corte ter utilizado os argumentos de Robert Walker LJ, o único juiz do colegiado a defender que a cirurgia estava de acordo com o melhor interesse de *ambas* as meninas no caso *Re A*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A maioria do colegiado entendeu que a separação equivalia a um ato positivo, embora justificável apenas para o melhor interesse de uma das partes (Jodie, no caso).